

RENTABILIDADE DO TRABALHO ESCRAVO NO RIO GRANDE DO SUL NO SÉCULO XIX

Área 3: História Econômica

Denise Manfredini - Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná - PPGDE/UFPR

Sergio Marley Modesto Monteiro - Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a estrutura do trabalho escravo no Rio Grande do Sul nas charqueadas do século XIX, e através da produtividade dos trabalhadores escravos, bem como seu preço de compra e custo de manutenção, identificar se o uso do trabalho cativo na produção do charque era rentável. Para tanto serão analisadas as principais características do trabalho escravo no Brasil e especialmente no Rio Grande do Sul, e os fatores que levaram ao declínio da indústria natural do charque no fim do século XIX, entre os quais os principais foram a mudança na demanda causada pelos impedimentos em relação ao tráfico do trabalho escravo, que fizeram com que a população cativa declinasse, e o incentivo à imigração europeia, que tinha hábitos alimentares distintos daqueles dos escravos.

Palavras-Chave: Formação Econômica, Trabalho Escravo, Rio Grande do Sul, Cliometria.
Classificação JEL: N 00

Abstract: The goal of this paper is to investigate the slavery labor structure in Rio Grande do Sul's *charqueadas* at the XIX century, and through the slaver production and maintenance cost assessment, identify if the use of slavery labor in the *charque* production was profitable. It is analyzed the main characteristics of slave labor in Brazil and specially in Rio Grande do Sul, and the factors that lead to the decline of the charque's natural industry in the end of the XIX century. The main reason was the change in demands caused by the barring of the slave traffic, which made a decrease in the slavery population, and the increase of European immigrants, that have a diet different from the slaves.

Key Words: slavery labor, Rio Grande do Sul, economic formation, cliometrics.

1. Introdução

A escravidão teve grande importância na formação das instituições brasileiras e dos hábitos culturais que ainda permeiam a sociedade. Como o período escravista perdurou por mais de quatro séculos, as suas marcas ultrapassam o fim da escravatura e até hoje estão presentes na organização social e econômica brasileira. Portanto, a compreensão das implicações econômicas do uso do trabalho escravo são importantes, pois ajudam a compreender a formação econômica brasileira.

No início dos anos 1960, com Conrad e Mayer e especialmente em 1974 com a publicação de *Time on The Cross* por Fogel e Engerman, foram descobertas novas nuances sobre a escravidão do Sul dos Estados Unidos. Em especial o fato de que essa era rentável, o que era oposto ao consenso histórico de que o trabalho escravo era moribundo e o responsável pelo baixo desenvolvimento do Sul em comparação ao Norte dos Estados Unidos nos anos posteriores à abolição. Essa descoberta fez com que grande parte da história da escravidão norte-americana fosse reescrita e motivou um aumento exponencial no número de publicações acerca desse assunto, as quais vieram a reforçar a ideia de rentabilidade e, posteriormente, de eficiência do uso do trabalho escravo.

No Brasil, no final dos anos 1970, a pesquisa cliométrica sobre a escravidão fez descobertas acerca da rentabilidade do uso do trabalho escravo no Brasil colonial, especialmente no Rio de Janeiro e na Bahia. No entanto, é difícil agregar todas as regiões brasileiras em uma única análise do período escravista, em termos de rentabilidade, já que os tipos de cultivo são um tanto quanto distintos e o método de produção variava conforme o tamanho da propriedade e da atividade exercida.

O Rio Grande do Sul, foco deste trabalho, recebeu a atenção de pesquisas sobre rentabilidade anos após as regiões de *plantation*, e o principal motivo disto era a crença de que o trabalho escravo era pouco utilizado no Sul do Brasil, havendo tal crença sido derrubada apenas no início dos anos 1960 com a publicação de “Escravidão no Brasil Meridional”, por Cardoso (2003). Isso torna o estudo da escravidão no Rio Grande do Sul interessantíssimo, já que a história da escravidão gaúcha foi redescoberta recentemente, observando-se que o conhecimento de que as charqueadas gaúchas eram integradas com o resto do país e de que a escravidão era tão comum nessa região quanto no Sudeste e Nordeste brasileiro deu origem a trabalhos como “Sábara e Porto Alegre na Formação do Mercado Nacional no Século XIX”, escrito por Nogueiról em 2003.

Nesta pesquisa, é reforçada a imagem de que o uso do trabalho cativo era comum no Rio Grande do Sul em todas as atividades, tanto domésticas como produtivas, e principalmente nas charqueadas, destacando-se que, para tanto, os dados demográficos do século XIX constituirão os principais indícios desse uso amplo do trabalho escravo.

É analisada a rentabilidade do trabalho escravo no Rio Grande do Sul nos anos de 1838 a 1884, e para isso é necessário explicitar o conceito de rentabilidade que será usado ao longo deste texto. É utilizado o conceito de taxa interna de retorno (TIR), que é a taxa de desconto que zera a diferença entre o valor dos rendimentos e dos dispêndios, a valor presente, feitos no investimento, que neste caso é a compra de escravos. Assim, o trabalho escravo é considerado rentável caso a sua TIR seja superior à rentabilidade de outro investimento de baixo risco, sendo que neste trabalho quem cumpre esse papel é a taxa de juro paga pelas apólices da província.

A metodologia utilizada é a apresentada por Monastério (2005), com pequenas modificações. Também é analisado o comportamento dos fluxos de rendimento de um escravo caso esse fosse adquirido em meados de 1800, e assim podemos analisar a compra de um escravo como um investimento de longo prazo e identificar se esse, quando interpretado dessa forma, é rentável.

2. Teorias sobre o surgimento do trabalho escravo

Um dos principais textos sobre a escravidão, que melhor discute sobre o surgimento desse sistema de trabalho, é *Causes of Slavery or Serfdom : a Hypothesis* escrito por Domar em 1970, o qual será muito útil para análise neste trabalho principalmente por representar uma explicação que se adapta de forma perfeita tanto à formação do sistema escravista americano quanto à do brasileiro.

Domar inicia mostrando as causas que levaram à utilização da servidão como principal forma de trabalho adotada na Europa no século XVII. O exemplo mais relevante é a descrição de Kliuchevsky da experiência na Rússia, que durante a segunda metade do século XV estava em guerra com seus vizinhos do oeste e do sudoeste, o que portanto exigia forças que o governo não conseguia manter apenas com os impostos, então esse passou a distribuir terras aos servidores para que eles se mantivessem e pagassem suas armas, isso através do trabalho dos camponeses que seria usado nessas terras; em troca os camponeses receberiam um empréstimo e o direito de cultivar toda ou parte da terra por conta própria.

Mas com o passar do tempo, pela pressão dos servidores dentre outros motivos, o governo começou a impor restrições à liberdade dos camponeses, que já estavam em débito com os donos de terra pelo empréstimo inicial. Dessa forma, na metade do século XVII os camponeses já eram servos.

Analisando as características da Rússia nesse período, nota-se que o fator escasso não era terra, mas sim trabalho. Nesse contexto, era a posse de camponeses e não de terra que garantia uma taxa de retorno para os servidores ou proprietários de terras. Caso não houvesse intervenção do governo, mantendo-se as características descritas acima, o país seria composto por pequenas propriedades de agricultura familiar. Isso porque o trabalho assalariado iria ser inviável ou não lucrativo, já que os camponeses teriam incentivos para cultivar em terras próprias, que seriam um fator barato pela sua grande disponibilidade.

Agora, considerando a intervenção do governo, se este resolvesse criar uma classe de proprietários de terras, se os camponeses tivessem liberdade de mobilidade e houvesse concorrência entre os proprietários de terras por esses trabalhadores, isso iria fazer com que os salários se igualassem à produtividade marginal do trabalho ($w = P_m gL$) e assim sobraria pouco excedente para os donos das terras. Se supusermos a abolição do direito de mobilidade dos camponeses, os proprietários de terras iriam obter sua renda apropriando-se de todo ou parte do excedente produtivo dos camponeses.

Fazendo uma síntese do que foi apresentado acima, supondo-se a existência de apenas dois fatores de produção – capital e trabalho – temos que terra livre, camponeses livres e proprietários de terras não podem coexistir os três, mas apenas dois ao mesmo tempo. Cabe ressaltar que a não existência de terra livre não é condição suficiente para a existência de servidão. São necessários outros fatores institucionais que interfiram nessa relação, fazendo com que a servidão se torne a principal forma de trabalho.

Um dos pontos mais importantes apresentados pela análise de Domar é de que os donos de escravos vão calcular a diferença entre o salário de um trabalhador livre e o custo de subsistência de um escravo, e vão decidir manter seus escravos se o diferencial de produtividade entre o trabalhador livre e o escravo for menor do que a diferença entre o salário do trabalhador livre e o custo de subsistência do escravo, nas palavras de Domar:

Ele (Proprietário de escravo) irá calcular a diferença entre o salário de um trabalhador livre (W_f) e o custo de subsistência de um escravo (W_g) e irá se recusar a libertar o seu escravo a não ser que $P_f - P_g > W_f - W_g$, tudo isto assumindo que ambos os tipos de trabalho podem ser usados em uma dada plantação. (Domar, 1970, pg. 22, tradução nossa)

Domar (1970) também demonstra através desta fórmula que não há certeza de que o progresso tecnológico irá reduzir a rentabilidade do trabalho escravo comparada à do trabalho livre, pois o progresso tecnológico tende a elevar o valor dos salários dos trabalhadores, enquanto o custo de subsistência dos escravos permanece constante. Isso mostra uma oposição à ideia de que o Sul dos Estados Unidos teria um desenvolvimento tecnológico inferior ao do Norte por causa da escravidão; como Domar demonstra não é o progresso técnico que livra a sociedade de permanecer dependente do trabalho escravo.

Voltando ao caso russo, antes de 1550 Moscou lutou poucas guerras, pois era apenas um vassalo de Tatar cercado por outras terras russas, assim não havia necessidade de sustentar uma grande classe de servidores. Depois de 1550, Moscou tornou-se independente de Tatar e adquiriu várias terras russas, sendo confrontado por diversos inimigos. Dessa forma, o número de servidores teve um grande aumento e a indústria russa não fazia nenhum progresso. Portanto, o governo se viu obrigado a dar terras para os servidores a fim de sustentá-los e já no século XVI havia competição pela mão de obra camponesa.

Vemos que, no caso acima, temos tanto uma alta relação terra-trabalho como também a determinação do governo de criar uma grande classe de servidores, além de outros fatores que agiam na mesma direção para o estabelecimento da servidão na Rússia, como o declínio dos grandes magnatas (favoreciam o livre movimento dos camponeses), traço cultural (na Rússia a posição social do proprietário de terra se devia mais ao número de servos que esse possuía do que ao tamanho de suas terras) e interesse fiscal (ficava mais difícil para o estado arrecadar os tributos se os camponeses tivessem livre mobilidade).

A queda da população no fim do Império Romano e o surgimento da servidão após esse fato é um dos acontecimentos mais claros na Europa Ocidental que liga escassez de trabalho e desenvolvimento da servidão. No entanto a Peste Negra (1347), que levou a uma queda brusca da população, não se encaixa nas hipóteses de Domar, pois não houve volta da servidão mesmo com o aumento da relação terra-trabalho. A explicação para isso pode estar em fatores políticos, já que a pressão sobre Richard II da Inglaterra pode ter sido menor por parte dos proprietários de terras do que de outras classes.

Agora, analisando o caso do Sul dos Estados Unidos, vê-se que este se encaixa perfeitamente na teoria de Domar, por possuir uma vasta extensão de terra, com um clima ameno e com escassez de trabalho, o que explica a importação de escravos. Domar (1970) comenta que não entende porque a escravidão não se estabeleceu no Norte dos Estados Unidos, e que a hipótese de que isso ocorreu porque o trabalho escravo não podia ser usado em fazendas policultoras não parece válida, até porque no Sul a maioria dos proprietários de escravos possuía poucos escravos e vários dentre eles tinham a habilidade de fazer artesanato. O caso brasileiro também se encaixa nos mesmos moldes do norte-americano, com os escravos sendo usados em todos os tipos de cultivo. Em ambos os casos se estabeleceu um traço cultural, como na Rússia, pois escravos representavam grande parte da riqueza dos proprietários.

Domar (1970) também aponta que a análise dos casos históricos mostra que a servidão pode se manter mesmo após o fim dos fatores que levaram a ela, e que pode ser introduzida mesmo na ausência de terras livres, se fatores institucionais levarem à utilização desta forma de trabalho.

Apesar do enfoque econômico da escravidão que será adotado ao longo deste trabalho, entender a dinâmica desse sistema é uma análise pobre se desconsiderarmos a importância do arcabouço social da época escravista e as implicações morais desse sistema. Por conseguinte, será abordado este aspecto como teoria fundamental para compreensão mais ampla da estrutura que será foco desta análise.

No entendimento de Fogel (1989), a escravidão foi por muito tempo vista como um assunto fechado sem apresentar todos os paradoxos e a estrutura envolvida por trás desse sistema, por ser difícil mostrar os reais interesses por trás dos abolicionistas e o fato de que os mesmos que defendiam melhores condições de trabalho para os assalariados eram aliados dos donos de escravos. Isto é, é difícil transmitir qual era o senso moral daquela época sem que isso fira os consensos sobre liberdade da nossa sociedade atual. Parece-nos muito cruel trazer os retratos da escravidão para os dias atuais, porém é necessário notar que a sociedade escravista é constituída de uma forma diferente e que a conduta aceita naquela época e as instituições daquela sociedade são distintas das atuais.

O problema moral da escravidão torna-se mais complexo à medida que as evidências mostram que a relação familiar entre os escravos, o abrigo e a alimentação fornecida a eles não eram tão cruéis como normalmente é posto. É claro que a liberdade era um bem que estes não possuíam, mas a saúde e os laços familiares dos escravos eram mantidos para preservar o fator mais importante e de alto valor que era o escravo e garantir que este iria realizar suas funções de forma eficiente, pois incentivos eram concedidos para tal. Fogel (1989) apresenta de forma clara a imoralidade da escravidão, mesmo considerando que os escravos fossem tratados com alimentação e abrigo em bons padrões para a época e que os castigos não fossem tão frequentes:

(...) supondo que todos os clamores dos produtores a respeito do benevolente tratamento dos seus escravos fossem confirmados, supondo que os escravos fossem melhor vestidos, alimentados e alojados do que os proletários. Isto seria suficiente para anular as acusações morais? A questão implora uma resposta. Obviamente as acusações iriam permanecer mesmo que os escravos fossem tratados tão bem quanto o melhor cavalo árabe de um homem muito rico, porque pessoas não são cavalos. (Fogel, 1989, pg. 392, tradução nossa)

Mesmo que o tratamento dado aos escravos não fosse tão cruel como geralmente é descrito nas pesquisas que antecedem as descobertas cliométricas, o fato de o sistema escravista permitir que uma classe tenha domínio sobre a outra já mostra a imoralidade deste sistema.

A complexidade das relações morais existentes na sociedade escravista pode ser vista com um breve olhar sobre os arquivos acerca da escravidão; no caso de Porto Alegre, a Santa Casa de Misericórdia, fundada no início do século XIV, funcionava como um hospital beneficente, cobrando uma quantia razoável daqueles que possuíam meios financeiros para pagá-la, enquanto as pessoas carentes recebiam atendimento gratuito, o qual, todavia, não se estendia aos escravos.

São também aqui tratados algumas pessoas livres, que por falta de quem os trate em suas casas, procuram o auxílio d'este Estabelecimento, e alguns escravos, e isto mediante uma módica e razoável retribuição pecuniária, recebendo a Santa Casa pelos primeiros 800 rs., diários pelo tratamento e dietas, e pelos segundos 500 réis também diários, além da importância dos medicamentos, que é sempre diminuta (Relatório de 1877 da Santa Casa de Misericórdia)

Por causa disso, muitos escravos eram doados à Santa Casa quando doentes, para o proprietário não se responsabilizar pelos custos do tratamento, no entanto esta prática foi proibida em 1844, quando a Santa Casa passou a exigir que os escravos doados passassem por um rigoroso exame médico antes de serem aceitos.

Vimos deste modo que os escravos eram tratados como mercadorias com as quais se buscava auferir ganhos. Mas quando são vistos os pedidos de missa também feitos na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, constata-se que em vários casos os senhores pagavam para as missas serem rezadas em nome das suas famílias e da alma dos escravos, o que nos mostra que, mesmo tratados como um objeto do qual um senhor tinha a posse, ainda havia a percepção de que aquelas eram pessoas que viviam em uma situação pouco afortunada.

Assim o trabalho assalariado, mesmo que não representasse maiores ganhos para um indivíduo como no caso da escravidão, foi capaz de trazer um ganho social muito maior, que foi a possibilidade de tornar as pessoas livres para adquirir as habilidades que considerassem adequadas, adquirir os equipamentos que desejassem para seu ofício, ter o poder de buscar melhores oportunidades em outras regiões ou países, através da mobilidade geográfica, e tomar assim suas escolhas e não estar mais presas a um sistema que impossibilitasse a mobilidade social e a liberdade de opinião. Nota-se dessa forma como a democracia também é dependente da quebra do sistema escravista, que tornava o poder concentrado em uma elite, e essa elite não possuía apenas poder político, mas também um poder direto sobre outros seres humanos, os quais eram compelidos a realizar as vontades do seu senhor.

2.1 O Estudo Cliométrico da Escravidão

A cliometria teve seu início em 1957 com o artigo escrito por Alfred H. Conrad e John R. Meyer, intitulado *Economic Theory, Statistical Inference and Economic History*, sendo seguido posteriormente por inúmeros outros trabalhos nessa área, os quais reformularam o estudo da história econômica e a visão sobre a escravidão. Dentre estes o mais proeminente é o trabalho de William Fogel e Stanley L. Engerman publicado com o título de *Time on the Cross*.

Fogel (1975) divide o estudo da escravidão na cliometria em três fases, sendo que estas, apesar de enfocarem problemas distintos, não se opõem, mas se complementam formando uma nova discussão a respeito da escravidão, que de tema *light* passou a representar um dos campos com maior produção acadêmica.

A primeira fase vai do ano de 1957 até 1969 e nela as pesquisas sobre a escravidão abordavam principalmente três temas: rentabilidade do investimento em escravos para os senhores, viabilidade da economia escravista e os efeitos da escravidão no crescimento do Sul dos EUA. Observa-se que os dois primeiros assuntos são mais abordados do que o terceiro, principalmente por esse último ser de difícil análise.

Até o final dos anos 1960 era difícil estimar os ganhos por faixa etária dos escravos, só com Yasuba em seu artigo intitulado *The profitability and viability of plantation slavery in the United States* esse problema começa a ser superado. Ele passou a usar como estimativa de lucratividade o valor de

mercado do escravo em certa idade e o valor que seria pago caso esse escravo fosse recomprado com a mesma idade, sendo que posteriormente Bergstrom refina essa ideia, utilizando o preço da renda capitalizada na idade zero (*price of "birthright"*).

Na questão do crescimento do Sul dos Estados Unidos, Engerman e Easterlin deram as maiores contribuições, mostrando que nas duas décadas que precederam a Guerra Civil, o Sul escravista teve um crescimento de renda *per capita* superior ao do Norte dos EUA.

Na segunda fase o principal objetivo era obter dados sobre a economia escravista. Essa fase é de suma importância, já que a aquisição de um maior número de dados tornou possível de tratamento científico um número muito mais amplo de questões que envolvem o uso do trabalho cativo.

Wright em *The economic analysis of cotton in the antebellum south*, publicado em 1969, examinou fazendas do Sul e do Norte dos EUA, havendo concluído que as fazendas do Sul eram substancialmente mais produtivas que as do Norte, e em 1971 Fogel e Engerman discutiram o trabalho de Wright, afirmando que só produziu esses resultados porque ele considerou o tempo de trabalho nas fazendas do Norte igual ao das fazendas do Sul, o que é irreal, visto que no Sul a carga horária dos escravos era superior à dos trabalhadores livres do Norte. E assim Fogel e Engerman, com uma equipe de pesquisadores, começaram a arrecadar mais dados para conseguir mensurar a quantidade de horas de trabalho dos escravos do Sul e dos trabalhadores livres do Norte. O extenso banco de dados arrecadado durante tal pesquisa tornou possível a mensuração do preço-idade dos escravos, o que por sua vez tornou possível a mensuração do lucro-idade dos escravos. Tal informação era extremamente necessária para resolver o problema de eficiência e rentabilidade dos escravos. Outro importante dado adquirido com essa pesquisa foi uma amostra de arquivos administrativos da organização da produção, e até do dia a dia e habilidades dos escravos. Os dados arrecadados, juntamente com o conteúdo das pesquisas de Gallman-Parker, contêm uma amostra de 4% da população escrava que já viveu nos EUA.

Com a aquisição de todos esses dados, Fogel e Engerman esperavam confirmar sua conjectura de que os escravos do Sul trabalhavam mais horas do que os trabalhadores do Norte e que, portanto, o trabalho de Wright tinha uma falha. Entretanto, os dados mostraram que os trabalhadores livres do Norte trabalhavam 10% horas a mais do que os escravos do Sul, porém os escravos do Sul trabalhavam 82% mais intensivamente do que os trabalhadores livres do Norte. Assim se concluiu que a principal forma de exploração do trabalho escravo era através do aumento da produtividade por hora dos escravos e não pelo aumento de horas na jornada de trabalho.

Fogel (1975) aponta que os resultados obtidos não mostram que trabalhadores negros são mais eficientes que os brancos, mas sim que o sistema escravista de ritmo de montagem (turmas) tornava o trabalho mais eficiente. O autor ainda reforça que maior eficiência não significa um bem maior, e que a perda de liberdade por se ser um escravo é superior aos ganhos na produção.

Na terceira e última fase classificada por Fogel (1975), em meados dos anos 1970, o interesse se volta para a recuperação da história negra, ressaltando-se que essa fase não trouxe um fechamento para as dúvidas que surgiram na segunda fase, mas coexistiu com esta, sendo que uma impulsionou o estudo da outra.

Antes da abordagem cliométrica sobre a história dos negros, já havia sido trabalhado o tema da resistência negra na escravidão, mas essa resistência era vista como algo revolucionário. Com a cliometria foram vistas outras nuances da história negra, mostrando-se de modo mais aprofundado como os senhores de escravos agiam para adquirir um maior retorno dos seus escravos. Uma prática comum dos senhores para isto era fornecer bonificações financeiras ou melhor alojamento para os escravos que adquirissem habilidades e trabalhassem de forma mais eficiente.

North (1997) aponta que após 40 anos do seu surgimento a cliometria enfrentou o desafio de incorporar o papel das instituições e dos governos ao seu método de análise, pois a história tem como benefício trazer uma dinâmica temporal aos modelos econômicos que a cliometria perdeu, de certa forma, no seu período inicial.

Hoje é mais frequente a introdução de variáveis políticas e institucionais nos modelos cliométricos, e a interpretação dos dados de forma mais apurada. Por exemplo, dados de fertilidade de escravos podem nos dizer muito sobre o momento econômico da cultura em que estes estão envolvidos, já que um aumento na produção costuma impactar em uma queda da fertilidade, pois os senhores têm maior

flexibilidade para substituir seus escravos e estes perdem parte de seus benefícios. Esse tipo de entendimento da relação entre as variáveis pode nos dar um panorama do passado que nos ajuda a compreender os movimentos e a elaboração de políticas econômicas atuais, como menciona North:

O processo de mudança na história e o processo de mudança no mundo contemporâneo coloca um problema fundamental na disciplina de economia e indica o essencial papel complementar que o apropriado estudo da história econômica deveria ter em expandir o horizonte dos economistas. (North, 1997, pg. 413)

3. Trabalho escravo no Rio Grande do Sul

A escravidão do século XIX e de séculos anteriores, por suas características universais traduzidas pelos mercados de escravos, mais une do que separa o Rio Grande do Sul do restante do Brasil. (NOGUERÓL et al, p. 14)

O Rio Grande do Sul no século XIX tinha a produção do charque como principal atividade econômica, a qual está ligada à criação do gado, em que o trabalho é feito principalmente a cavalo, e por esta característica foi considerada por muito tempo como inviável a propriedade de escravos nesta região. No entanto, tem-se conhecimento de que esta ideia é errônea, pois o uso do trabalho escravo não só era possível nas charqueadas como era amplamente utilizado.

Diferente do Sudeste e Nordeste brasileiro, o Rio Grande do Sul não possuía expressivas fazendas voltadas à exportação, as quais permitiam o uso do trabalho escravo em turmas, que é uma imagem muito característica dessas regiões. No caso do Rio Grande do Sul, o trabalho em grandes propriedades pecuárias nunca teve sua imagem associada à escravidão, porém uma análise dos inventários *post mortem* de proprietários das charqueadas mostra que os escravos se encontravam presentes nestas propriedades. Em Pelotas, que possuía charqueadas de grande importância, no período de 1850 a 1887 foram inventariados mais de mil escravos, sendo destes 719 do sexo masculino, o que é um indicativo do uso de escravos em atividades produtivas e não apenas domésticas. (NOGUERÓL et al, 2007, p. 3)

Autores de grande importância na literatura econômica brasileira ajudam a reforçar a ideia de que escravidão e atividade de pecuária não eram compatíveis, estando dentre estes Celso Furtado, que em “Formação Econômica do Brasil”, ao retratar a economia criatória do Nordeste, que tem várias semelhanças com a rio-grandense, argumenta que nesta não predominava o trabalho escravo. No caso de autores como Caio Prado, a utilização de trabalho escravo é considerada como secundária na atividade pecuária.

No entanto, hoje sabe-se que o uso do trabalho escravo era feito de forma mais intensa do que normalmente se pensava, em todas as regiões do país os escravos eram utilizados para as mais diversas tarefas, como cozeiros, cozinheiros, agricultores, e até mesmo marinheiros e músicos. No caso do Rio Grande do Sul não era diferente, e os escravos recebiam cargos que mostravam que a sua importância não era marginal nas charqueadas. Segundo dados adquiridos por Helen Osório, de uma esfera de dados de 7677 escravos registrados no Rio Grande do Sul, 22,88% foram declarados campeiros, que é a principal função executada nas charqueadas. (NOGUERÓL et al, 2007)

As atividades campeiras exigiam que os escravos fizessem uso do cavalo, que para muitos é mais um sinal da inviabilidade da plena utilização do trabalho escravo nessa região, pois era dado ao cativo um meio de fuga e em muitos locais isto se somava à proximidade da fronteira. No entanto, o número de escravos marcados como fugitivos é pouco expressivo, o que se deve, muito provavelmente, a motivos semelhantes aos da economia mineira, na qual eram dados incentivos para os escravos permanecerem nas suas atividades e aqueles que fugiam se reuniam em quilombos, que eram dependentes da demanda da atividade mineradora, a qual por sua vez era executada por escravos, tornando-se assim difícil para um escravo fugitivo desvincular-se da economia escravista, visto que as oportunidades se mostram muito limitadas. Relativamente à questão da fronteira próxima, Noguéról et al (2007) aceita que realmente esta tornava mais fácil a fuga de cativos, mas mesmo nestas condições o número de fugitivos reportados não se mostra expressivo a ponto de inviabilizar o uso do trabalho escravo.

Noguéról et al (2007) também refere que como os preços dos escravos eram formados de acordo com a expectativa de lucro que se esperava adquirir destes, aumentos no risco de fuga levavam a quedas

no valor do escravo, sendo que no caso analisado de Bagé o preço do escravo passa a ser 9% mais baixo que a média do valor de escravos de primeira linha no Rio Grande do Sul, isto porque com a abolição da escravidão no Uruguai, em 1846, o escravo tinha maiores incentivos para a fuga.

Cardoso (2003) foi o autor da mais importante obra que apresenta a viabilidade do uso do trabalho cativo nas charqueadas gaúchas. Apesar de defender que o trabalho escravo era não rentável, demonstrou de forma incontestável que a escravidão no Rio Grande do Sul era possível e foi largamente utilizada, principalmente nas charqueadas, como consta em “Escravidão no Brasil Meridional”: “Foi a indústria do charque, todavia que tornou a exploração do escravo intensa e regular no Rio Grande do Sul.” (CARDOSO, 2003, p. 66)

O momento histórico do qual se trata e as características da atividade econômica que se está abordando, segundo Cardoso, mostram a intensidade com a qual era feito o uso do trabalho escravo. No caso de lavouras de subsistência com pouco vínculo com áreas de economia exportadora, a afirmação de Caio Padro é verdadeira pois a mão de obra escrava era pouco utilizada, porém no caso das grandes charqueadas que tinham sua produção voltada para o Sudeste brasileiro ou outros países de fronteira com o Rio Grande do Sul e propriedades de subsistência que serviam de apêndice às primeiras, a mão de obra cativa era amplamente utilizada.

O censo da população do Rio Grande do Sul de 1814 mostra que a população negra no Estado era bastante expressiva e como nesta época o núcleo urbano era restrito, pode inferir-se que um número diminuto de escravos realizava atividades fora da área rural, observando-se que nesta, mesmo contando o uso de escravos em atividades domésticas, não se explica número tão elevado de escravos se estes não fossem empregados em atividades produtivas. O censo também mostra que haviam 1226 escravos em Pelotas, o que já sugere o uso da mão de obra escrava em atividades agrícolas e pecuárias, que eram de grande importância na região.

Com o aumento da especialização da atividade pecuária gaúcha e a consolidação das charqueadas como indústrias naturais, a mão de obra escrava foi utilizada de forma mais intensiva. Cardoso reforça essa ideia apontando que:

Nas estâncias a quantidade de negros utilizados não chegou a ser grande, tanto porque houve a utilização concomitante de trabalho indígena e do trabalho de peões gaúchos livres, como porque a quantidade de mão de obra requerida pela empresa criatória é sabidamente pequena. Nas charqueadas, porém, o trabalho organizou-se exclusivamente à base da escravidão. (Cardoso, 2003, p. 79)

3.1 Rentabilidade do Trabalho Cativo no Rio Grande do Sul (1838-1884)

Para analisar-se a rentabilidade do trabalho escravo no Rio Grande do Sul foram utilizadas duas metodologias: a primeira é a empregada por Monastério (2005) que consiste em encontrar a taxa interna de retorno do trabalho escravo; a segunda metodologia é uma análise dos rendimentos gerados por um escravo, levando em consideração a queda destes à medida que a idade avança.

Abaixo vemos o gráfico 01 que apresenta o preço dos escravos, normalizados pelo valor médio de um escravo de 20-29 anos nos períodos $t-1$, t e $t+1$, com $t \in (1838; 1884)$. Para deflacionar-se o valor dos escravos que foi adquirido através de Nogueiról (2002), foram utilizados os valores da inflação da libra esterlina, isto porque como essa ainda era lastreada e suas oscilações eram mais suaves, é mais provável imaginar a variação do preço dos escravos nesse ritmo, já que por se tratarem de valores altos é irreal supormos que a sua variação seria a mesma que aquela dos alimentos, a qual constitui a base para o índice de Lobo (1971) que é o principal deflator construído para a economia brasileira no tocante ao período que engloba grande parte do século XIX.

Podemos observar no gráfico que o preço do escravo atinge o valor pico na média de 20-29 anos, e após esse ponto decresce de forma suave; a curva estimada para estes pontos foi um polinômio de sexto grau, que mostra que há lógica em imaginarmos que os escravos eram tratados como ativos, pois seu valor correspondia à renda que se esperava auferir dele. Por exemplo, um escravo mais jovem implica mais custo e menos renda mas ao longo do tempo a renda que esse escravo produz vai aumentando,

consequentemente o preço do escravo aumenta, sendo que após a idade pico de rentabilidade o preço volta a cair, já que se espera utilizar o escravo por menos tempo e que sua produtividade caia.

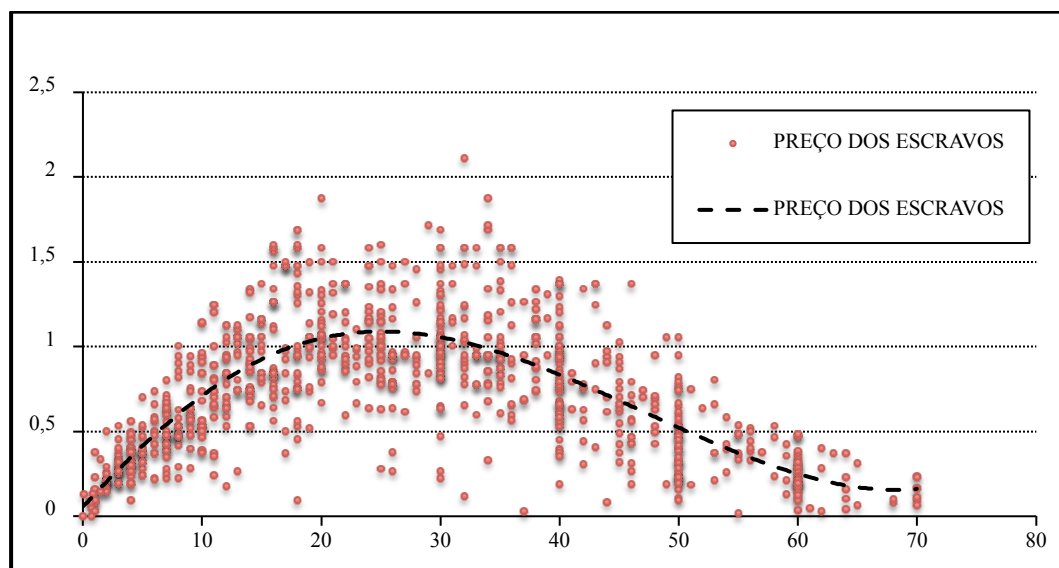


Gráfico 01 – Preço dos escravos por idade normalizados pela idade pico

Fonte: Elaboração própria.

Os pontos do gráfico 01 que estão muito distantes da linha traçada se devem, quando abaixo dessa, muito provavelmente ao fato de que escravos arreados, que eram considerados de trato mais difícil, mesmo não sendo doentes eram vendidos a preços menores, já os pontos acima da linha se devem ao fato de que os escravos que possuíam habilidades, como carpinteiros, cocheiros, cozinheiras, que eram experientes e podiam ensinar seu ofício a outros escravos, eram vendidos a preços mais altos.

A fim de neutralizar-se estas disparidades de preços e ver-se de forma mais clara a tendência já apresentada no gráfico anterior, separou-se os escravos em 8 faixas etárias, no Gráfico 02, e foi novamente estimado um polinômio de grau seis com o intercepto igual a zero, tendo sido observado que a tendência já descrita no gráfico anterior se confirma.

Fogel e Engerman (1974) encontraram distribuição semelhante para os preços nos Estados Unidos, sendo por eles utilizada uma base de dados com mais de cinco mil preços de venda de escravos do sexo masculino. Eles ainda colocam que o fato de os escravos de 20 a 29 anos terem um valor mais elevado que os demais não pode ser explicado por questões de prestígio, portanto a distribuição do preço dos escravos não indica um comportamento pré-capitalista, baseado no prestígio de possuir-se escravos, mas sim está vinculado à produtividade dos escravos ao longo do tempo. Portanto é mais racional imaginarmos a distribuição de preços como representação dos rendimentos que os senhores de escravos esperavam extrair de seus cativos, visto que estes eram importantes fatores produtivos conforme foi apresentado anteriormente.

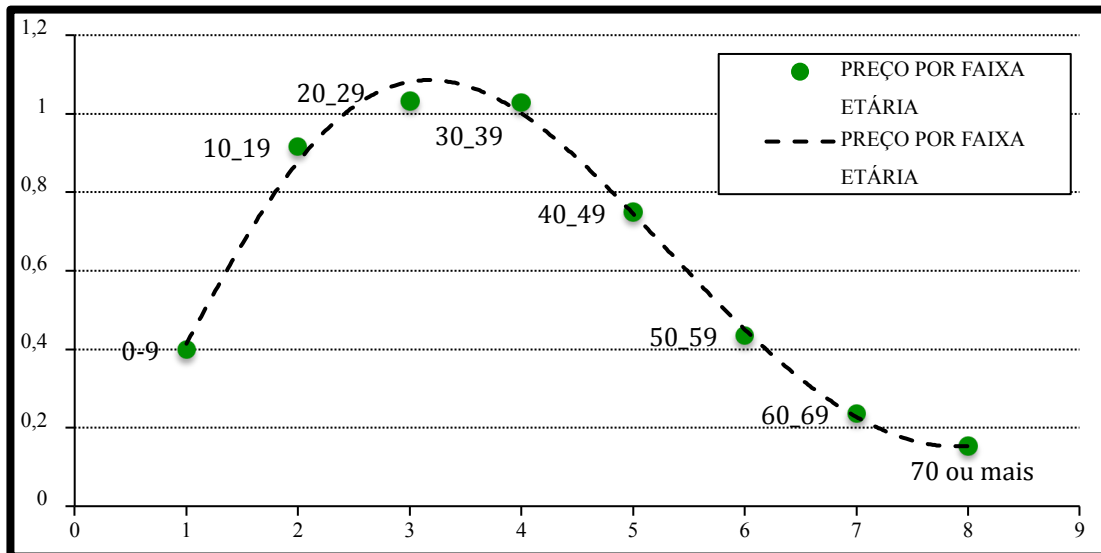


Gráfico 02 – Preço dos escravos por faixa etária

Fonte: Elaboração própria.

Os dados utilizados neste trabalho são compostos por 950 escravos, sendo 405 mulheres e 545 homens, e no gráfico 03 vemos a média de preço em cada idade e a tendência dos preços dos escravos homens e das mulheres. Podemos notar que a curva de tendência dos preços dos escravos homens é mais alta, por conseguinte para uma mesma idade se espera que os escravos do sexo masculino tenham valores maiores, no entanto ao longo do trabalho não vamos fazer a distinção entre o sexo dos escravos, isto porque a nossa base de dados é diminuta e esta distinção poderia afetar de forma negativa os cálculos que se seguem, sendo também importante ressaltar que na metodologia utilizada por Monastério (2005) não é feita a distinção de sexo dos escravos.

O fato mais interessante expresso no gráfico 03 é que o preço dos escravos com até 9 anos não tem diferenças significativas entre homens e mulheres, e esta é exatamente a mesma idade que Fogel e Engerman (1974) mostram que o preço dos escravos era quase idêntico entre meninos e meninas, sendo que a nossa base de dados se refere à escravidão em Porto Alegre e o trabalho de Fogel e Engerman analisa a escravidão no Sul dos EUA. Fogel e Engerman mencionam que isso parece se relacionar com o fato de que as meninas chegam à maturidade antes dos meninos.

Esse é outro indício de que o preço e o uso dos escravos era feito através de uma lógica racional e capitalista, no entanto é importante ressaltar que, apesar disso, a cultura que se forma em torno da escravidão e o prestígio advindo da posse de um escravo é inegável, bem como a intimidade que se formava entre os senhores de escravos e seus cativos, especialmente quando estes trabalhavam dentro do ambiente familiar, como cozinheiras e amas.

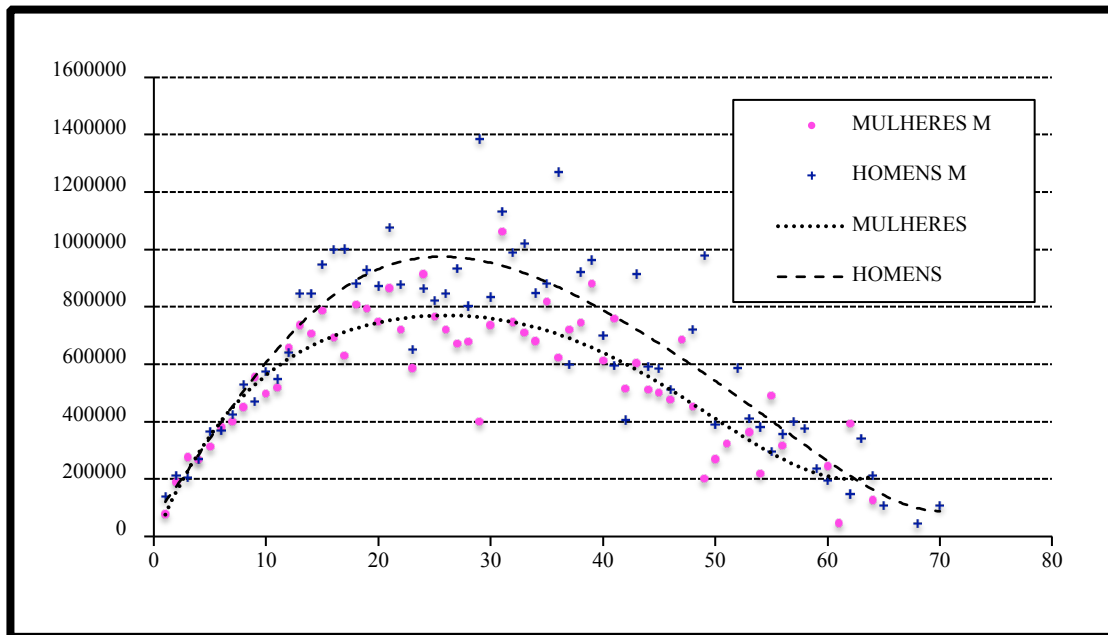


Gráfico 03 – Média de preço dos escravos por idade e gênero

Fonte: Elaboração própria.

Agora será utilizada a metodologia de Monastério (2005) para buscar-se a TIR dos escravos em cada ano, para verificarmos se a escravidão realmente aparece como uma atividade rentável neste período.

O cálculo utilizado será a fórmula tradicional da TIR, como segue abaixo:

$$P_e = \sum_1^t \frac{\gamma}{(1-i)^t}$$

$\gamma = VPmgL - M$ que é equivalente à $\gamma = P_c \cdot (\beta \cdot PmeL) - M$

Na qual:

$PmeL$ = Produtividade média do trabalho escravo;

β = custo do trabalho escravo nos custos totais de produção;

P_e = preço do escravo;

P_c = preço do charque;

γ = o retorno líquido esperado;

t = período esperado de utilização do escravo;

i = taxa interna de retorno;

$VPmgL$ = valor do produto marginal do trabalho escravo;

M = custo de manutenção de um escravo.

Os preços dos escravos são os mesmos apresentados por Noguéról (2002), porém foram selecionados apenas os escravos saudáveis de Porto Alegre e os valores deflacionados segundo Twigger (1999). O $VPmgL$, por ser um valor mais complexo de ser adquirido, foi estimado da mesma forma que Monastério (2005); supõe-se que a produção do charque pode ser estimada por uma função Cobb-Douglas

$$Y = K^{1-\beta} \cdot L^{\beta}$$

derivando esta função em relação à L obtemos

$$PmgL = \frac{\partial y}{\partial L} = \beta(K^{1-\beta} \cdot L^{\beta-1}),$$

como isto é o mesmo que

$$PmgL = \beta \cdot PmeL,$$

e é mais simples auferir valores para a produtividade média do trabalho escravo, será utilizada esta fórmula para adquirirmos o VPMgL.

O valor de PmeL é 45.360 quilos de charque, a explicação do uso deste valor segue abaixo:

Segundo Couty (1880, p. 138), 80 escravos são capazes de preparar 200 a 250 animais por jornada. Considerou-se o valor médio de 2,8 animais/dia. O rendimento em charque por cabeça, segundo o mesmo autor (1880, p. 60), era de 60 quilos. Ele ainda informa qual era o período de safra do charque: de outubro até fins de junho (1880, p. 60). Logo, o produto médio anual de cada escravo era de 45.360 quilos (2,8 animais X 60quilos X 270 dias). (Apud MONASTÉRIO, 2005, p. 19)

O valor de β utilizado é 0,34, estimado como participação do custo do trabalho escravo nos custos totais por Mello (1978), contando apenas duas casas decimais. Também foram extrapolados os valores do custo de manutenção dos escravos através do mesmo artigo, que aponta 60\$300 como o custo de manutenção de um escravo em idade adulta em 1873 nas lavouras de café do Rio de Janeiro. A extrapolação destes dados foi feita com base no índice de preço de Lobo (1971) com ponderação em 1856.

O valor do charque que é utilizado para compor o valor da rentabilidade do trabalho escravo encontra-se em Monastério (2005). É importante ressaltar que com exceção do preço dos escravos, os demais valores foram deflacionados com base no índice de Lobo (1971).

Nota-se que esta análise é bastante simplista, por considerar que o custo de manutenção, bem como o valor do charque, se mantém constante por 30 anos para auferirmos uma taxa interna de retorno para cada ano. Porém, através desta simplificação podemos identificar de forma mais clara quais os anos em que o trabalho escravo apresentou uma TIR mais baixa e identificar os motivos para tal.

Abaixo é apresentado o gráfico 04 com os valores das TIR do ano de 1838 a 1884. Vemos que até 1885 todas as taxas apresentadas são superiores a 5% em todos os períodos e depois temos oscilações de comportamento, porém após 1875 os valores da TIR ficam muito baixos, havendo períodos em que esses estão negativos.

Um ponto a ser ressaltado é que antes de meados de 1870 a maior parte dos períodos apresenta uma TIR superior a 7%, que foi o juro pago pelas apólices da província pertencentes à Santa Casa, segundo consta nos Relatórios dos anos de 1877, 1878 e 1883 da referida instituição.

A seção 5.2 dedica-se a mostrar quais as razões que levaram à queda da TIR pós-1875, se isso ocorreu devido a oscilações nos preços dos escravos ou mudanças no preço do charque.

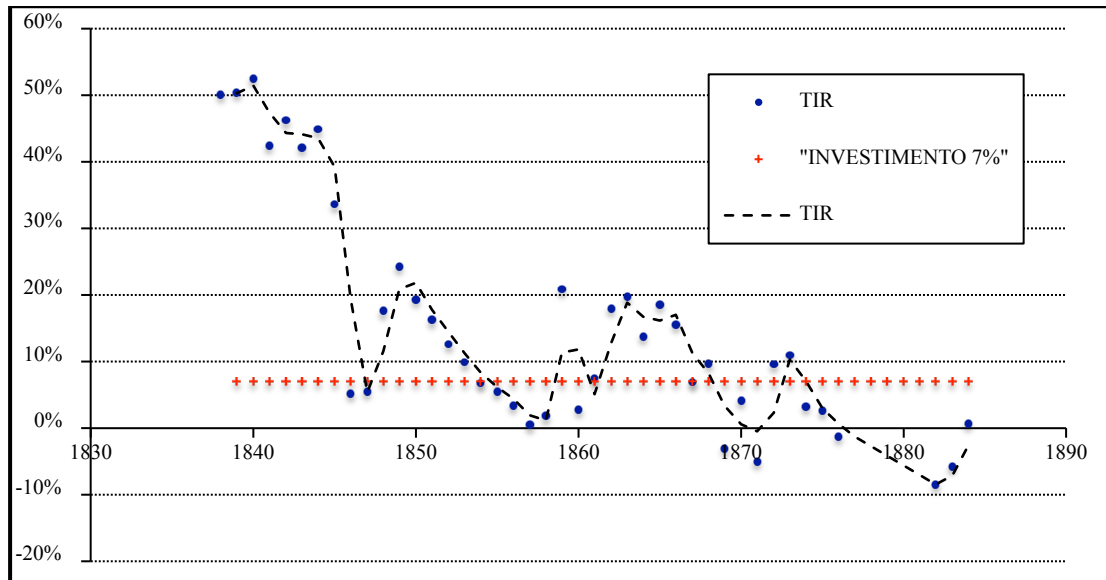


Gráfico 04– Rentabilidade do trabalho escravo

Fonte: Elaboração própria.

O segundo método de cálculo consiste em analisar qual a rentabilidade real que um senhor de escravos teria obtido caso comprasse um escravo com 15 anos, e este fosse encarregado de trabalhar em uma charqueada.

Com o valor do preço do escravo, foi adotado o preço médio no período para cativos de 15 anos que foi de 948\$333, e a rentabilidade é a mesma utilizada no cálculo anterior, porém o valor foi multiplicado pela razão entre o preço de um escravo na idade t sobre o valor de um escravo na idade pico, assim com o avanço da idade do escravo, o valor do rentabilidade passa a ser menor, mesmo que não houvesse mudanças no preço do charque.

A análise considera que o escravo é comprado com 15 anos, no ano de 1839, depois são feitos dois cenários, um em que o escravo vive até 30 anos e outro em que o escravo vive até os 60 anos.

No gráfico 05, apresentamos os fluxos de rendimento gerados pelo escravo dos 15 anos até os 60, notando-se que há uma queda da rentabilidade, que se deve à queda no preço do charque ao longo do período e ao avanço da idade do escravo.

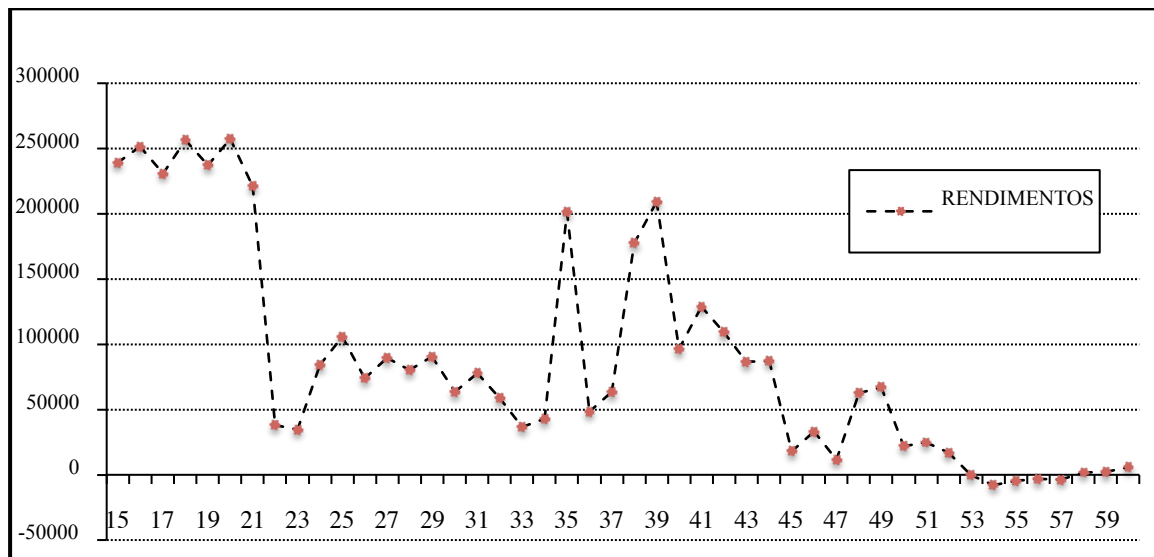


Gráfico 05 – Fluxos de rendimento de um escravo em cada idade

Fonte: Elaboração própria.

Caso o escravo viva até os 60 anos, com probabilidade de 11% de chegar a esta idade, segundo expectativa calculada por Mello (1978), temos uma TIR igual a 21%, que é superior à taxa de 7%, que é a taxa de juro paga pelas apólices da província.

Se supusermos que o escravo atinja a idade de 30 anos, que foi a expectativa de vida média utilizada por Monastério (2005), apontando Mello (1978) como sendo de 34% a probabilidade de um escravo atingir esta idade, temos um TIR de 20%, e isso mostra que de 15 a 30 anos há uma produtividade do trabalho escravo superior àquela do período que se segue de 30 a 60 anos.

Em ambas as metodologias utilizadas, a taxa interna de retorno do trabalho escravo era positiva na maior parte do período analisado, demonstrando-se que a escravidão era rentável, e que a hipótese de que possuir escravos era uma questão de *status* social e não de racionalidade econômica pode ser negada diante das evidências levantadas ao longo desta análise.

3.2 Declínio das Charqueadas

Pretende-se indicar qual a principal causa do declínio das charqueadas no final do século XIX, constatando-se que as principais suposições abordadas pela literatura são o aumento do preço dos escravos, que ocorreu em meados do século XIX, quando é aprovada a Lei Eusébio de Queirós que proíbe tráfico interatlântico de escravos, e a queda do preço do charque, devido às características deste produto ou da maior eficiência dos produtores de bens similares.

A primeira suposição considera que com o fim do tráfico transatlântico e sendo o escravo o principal fator produtivo das charqueadas, portanto sendo seu custo significativo para a produção, uma escassez de mão de obra escrava que leva a um aumento do preço dos cativos tem impacto direto nos custos de produção. Como podemos ver no gráfico 06, que apresenta o preço de venda de escravos com 20 a 29 anos em Porto Alegre, com a proibição do tráfico transatlântico o preço dos escravos subiu em termos reais.

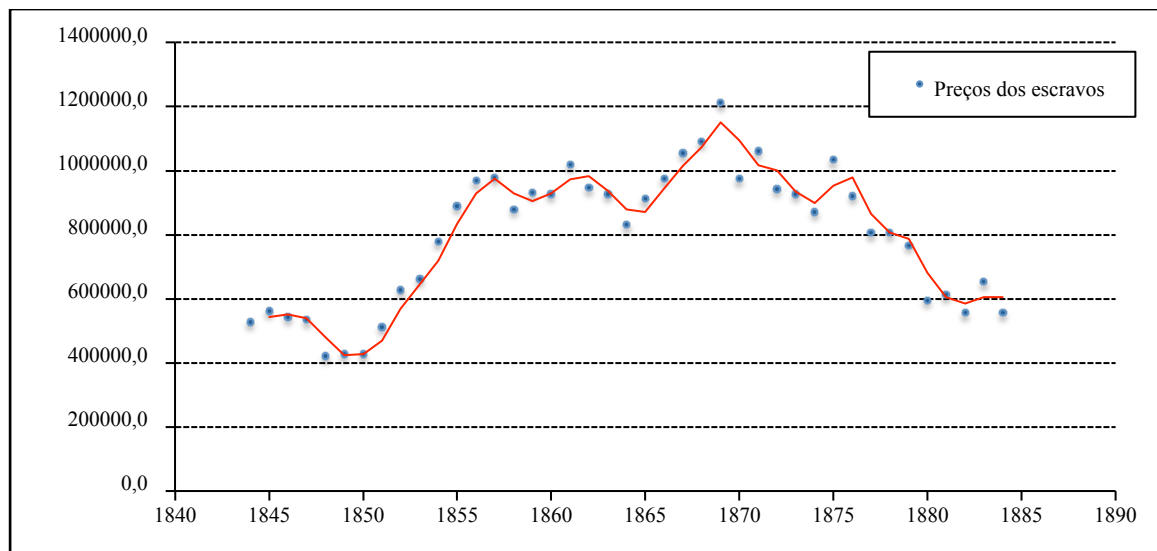


Gráfico 06 – Preço dos escravos em idade pico (1844 – 1884)

Fonte: Elaboração própria.

Essa hipótese foi testada por Pereira e Lautharte (2011), que fizeram uma regressão simples para identificar qual o impacto da variação no valor pago pelos escravos pós-1850 sobre a quantidade de charque exportada. O coeficiente da variação do preço dos escravos não foi significativo, revelando que o impacto na variação do preço dos escravos não explica a queda nas importações do charque. Esse resultado também aponta que não havia incentivos para a contratação de trabalhadores livres mesmo com o aumento no preço dos cativos.

O impacto da taxa de câmbio sobre a quantidade de charque exportado também foi analisado e se mostrou significativo, visto que uma desvalorização do câmbio impulsionava a demanda pelo charque,

portanto o grande crescimento da exportação de café do século XIX era negativo para as charqueadas gaúchas, já que grande parte dos escravos eram vendidos ao Sudeste, pois os cafeicultores conseguiam pagar preços mais altos pelos escravos, e a pressão de valorização cambial incitada pelo aumento das exportações de café minava parte da competitividade do charque do Rio Grande do Sul. Acerca das exportações de café no século XIX, refere Monastério:

É marcado por um aumento não só absoluto, como também relativo das exportações de café. De apenas 129.000 sacas de 60kg em 1921, o século terminou com 9.155.000 sacas exportadas. (MONASTÉRIO, 2003, p. 9)

É importante ressaltar que apesar dos efeitos negativos da valorização cambial sobre o charque, a velocidade de ajuste das charqueadas em relação a essa conjuntura adversa era muito alta, então, embora a situação dos charqueadores piorasse ao longo do tempo, em parte pela valorização cambial e pelo fato de que, mesmo com alta velocidade de ajuste, o impacto negativo desta não vinha a ser totalmente suprimido, a variação cambial não é a única responsável pelo declínio das charqueadas a longo prazo.

Apesar dos fatos descritos acima, o aumento da produção do café poderia ter resultado no crescimento da demanda por charque gaúcho, e em parte minimizar os efeitos negativos da valorização cambial. Foi testado, por Pereira e Lautharte (2011), o impacto do aumento das exportações de café sobre a demanda por charque, já que o charque gaúcho compunha a dieta dos escravos das lavouras de café paulista, no entanto essa relação também não se mostrou significativa, principalmente porque neste período começa o processo de substituição da mão de obra escrava pela de imigrantes europeus.

E este é o ponto que é tido como principal fator que levou ao fim das charqueadas a longo prazo, pois com a queda no número de cativos e o aumento de imigrantes, as preferências de consumo do charque mudaram, pois “o mercado europeu não demandava o produto por considerar uma carne inferior, e tampouco os imigrantes que vinham para o Brasil, mesmo sendo paupérrimos, tinham interesse por esse tipo de alimento” (PEREIRA; LAUTHARTE, 2011, p. 30). Assim, essa mudança na demanda pelo produto levou à decadência da mais importante indústria natural do Rio Grande do Sul, como colocam Peireira e Lautharte:

A única forma de vender o charque era através de preços muito baixos, onde seu valor era inferior a uma dúzia de ovos já na década de 1860. Qualquer fator que resultasse em um aumento nos preços levaria aos consumidores a comprarem outros tipos de alimentos. Demonstramos que o aumento de preços ocorreu através de uma valorização da taxa de câmbio real que colocou os produtores do Rio Grande do Sul em uma situação onde, por já estarem utilizando a mão de obra mais barata, não tinham como reduzir os custos de fabricação. A substituição da mão de obra, tida como a salvação nacional, não seria suficiente para salvar o charque. (PEREIRA; LAUTHARTE, 2011, p. 31)

O Uruguai não experimentou o declínio nessa fase, não por estar ocupando o mercado do charque, já que havia um alto protecionismo sobre a indústria do charque gaúcha, “sendo que em 1851 foi imposta uma tarifa de 25% sobre o charque uruguaio e o gado platino foi isento de taxaço” (MONASTÉRIO, 2003, p. 6), mas o Uruguai teve a vantagem de diversificar seus produtos e assim conseguir exportar para o mercado europeu, enquanto o Rio Grande do Sul não diversificou a produção das charqueadas.

4. Considerações Finais

A revolução cliométrica foi responsável por inúmeras descobertas no que tange ao estudo da escravidão, e com os avanços na busca por dados foi possível extrair características do trabalho cativo além da rentabilidade deste. Tais descobertas, que se iniciaram nos Estados Unidos, motivaram uma retomada do estudo da escravidão em vários outros países da América.

No Rio Grande do Sul, assim como no resto do país, o trabalho escravo era bastante difundido e tinha um papel relevante nas charqueadas, que eram responsáveis pela maior parte da produção do Estado. Em especial com a ascensão das charqueadas o número de escravos no Estado aumentou significativamente, já que estes se tornaram uma mão de obra fundamental na atividade produtiva de maior peso no Rio Grande do Sul do século XIX.

Os resultados obtidos mostram claramente que o trabalho escravo era rentável nas charqueadas do Rio Grande do Sul, portanto interesses econômicos não estavam ausentes no uso do trabalho escravo. Considerando-se um escravo adquirido com 15 anos, e supondo-se que este viva até os 30 anos, obtém-se uma TIR de 20%, que é um rendimento significativo, observando-se que os títulos da província tinham uma taxa de juros de 7%. Quando simplificamos nossa análise, supondo que um escravo irá render por 30 anos o mesmo montante que foi obtido em um determinado ano, apesar de perdermos a vantagem da dinâmica de perda de produtividade do escravo, podemos ver de forma mais clara o impacto do preço e do custo de manutenção do escravo em cada ano, assim é possível notar-se que pós-1875 há uma queda na rentabilidade do trabalho escravo, que leva ao declínio das charqueadas no fim do século XIX.

O declínio das charqueadas também não se deve a um aumento de preços com a proibição do tráfico transatlântico, já que mesmo com um custo mais alto de compra, o trabalho escravo ainda era mais barato do que o trabalho assalariado.

O fim das charqueadas ocorreu principalmente devido a uma mudança de demanda, visto que com o aumento da imigração europeia e a visão de que o charque era apenas comida para os escravos, a demanda deste bem caiu significativamente, ainda mais se considerarmos que a imigração foi motivada pela queda no número de escravos em decorrência das inúmeras leis inglesas impostas sobre o Brasil, que promoviam a abolição.

5. Referências

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* – o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

DOMAR, E. D. The Causes of Slavery or Serfdom : a Hypothesis, *Journal of Economic History*, v.30,n.1, mar. 1970.

FOGEL, R. W. *The slavery debates, 1952-1990* : a retrospective, Baton Rouge, Louisiana State University Press, 2003.

_____. Three Phases of Cliometric Research on Slavery and Its Aftermath. *The American Economic Review*, v. 65, n. 2, p. 37, maio 1975.

_____. *Without Consent or Contract* – the rise and fall of American Slavery, Nova York, W.W. Norton & Company, 1989.

_____.; ENGERMAN, S. L. *Time on the Cross* – The economics of American Negro Slavery, Boston, Little, Brown and Company, 1974.

_____. *Time on the Cross: Evidence and Methods* - A Supplement. Boston, Little, Brown and Company, 1974.

FURTADO, C.. *Formação Econômica do Brasil*. Edição 34. São Paulo. Companhia das Letras, 2007.

LOBO, Eulalia. *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930* – resultados preliminares. *Revista Brasileira de Economia*, v.25, n.4, p. 235, 1971.

MELLO, P. C. de. Aspectos econômicos da organização do trabalho na economia cafeeira do Rio de Janeiro. 1850-1888. *Revista Brasileira de Economia*, v. 32, n. 1, p. 43-67, 1978.

MONASTERIO, L. M. . *A decadência das charqueadas gaúchas no século XIX: uma nova explicação*. In: VIII Encontro Nacional de Economia Política, 2003, Florianópolis. Anais do VIII Encontro Nacional de Economia Política. Florianópolis : SEP, 2003..

_____. FHC errou? A economia da escravidão no Brasil meridional. *História e Economia Revista Interdisciplinar*, São Paulo, v.1, n. 1, p. 13 , 2005.

NOGUERÓL, L. P. N. *Mercado regional de escravos: Padrões de preços em Porto Alegre e Sabará – elementos de nossa formação econômica e social*. In: Primeiro Encontro de Economia Gaúcha 2002, Porto Alegre. Anais... 2002

_____.; DIAS, M. S.; MIGOWSKI, V.; PINTO, M. S.; RODRIGUES, D . *Elementos da Escravidão no Rio Grande do Sul: a lida com o gado e o seguro contra a fuga de escravos na fronteira com o Uruguai*, 2007 (Texto para Discussão)

NORTH, D. C.. Cliometrics – 40 years later. *The American Economic Review*, v. 87, n. 2, p. 412, maio 1997.

PEREIRA, T. A. Z.; LAUTHARTE, I.. *Café, Uruguai e o declínio das charqueadas no sul do Brasil (1850-1884)*. In: Jornadas Uruguayas de Historia, n. 5, 2011, Montevideu.

TWIGGER, Robert. *Inflation: the Value of the Pound 1750-1998*. Research Paper 99/20. Economic Policy and Statistics Section, House of Commons Library. February, 1999.

VERISANI, F. R.. Escravidão "suave" no Brasil: Gilberto Freyre tinha razão?. *Revista de Economia Política*, v. 27, n 2, 2007.

_____. ; VERGOLINO, J. R. O. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 33, n. 2, Jun. 2003